



## OPINIÕES CONTEMPORÂNEAS

**NO MÊS** de dezembro de 2008, encaminhei para vários colegas do meio acadêmico uma mensagem com o seguinte teor:

Vou publicar em 2009 um livrinho que tratará do tema nomenclatura gramatical no ensino. A desculpa é o cinquentenário da portaria que oficializou a NGB (em vigor a partir de 1959). Nele incluirei documentos importantes (inclusive uma rara entrevista do Prof. Mattoso Câmara ao jornalista Zuenir Ventura, então um recém-formado em Letras pela UFRJ, publicada num jornal carioca).

Gostaria de contar com sua importante colaboração e para isso peço que me responda sucintamente (2 ou 3 parágrafos apenas, se preferir):

**Por que, hoje, ainda há (ou não há mais) necessidade de uma nomenclatura gramatical uniforme no ensino de língua portuguesa nos níveis fundamental e médio?**

**LUIZ CARLOS TRAVAGLIA**

Esta questão, sem dúvida bastante pertinente, nos leva com frequência a considerações e afirmações mais ou menos esperadas. É evidente que uma nomenclatura gramatical é necessária, por ser uma condição básica da existência de qualquer ciência. Não seria diferente com a linguística, com os estudos linguísticos, porque, sem uma terminologia, sem uma metalinguagem, seria difícil constituir e utilizar modelos teóricos e analíticos aplicáveis à língua.

Certamente não é esta a questão em pauta, mas sim, se é necessário e se devemos elaborar e estabelecer uma metalinguagem, uma nomenclatura gramatical a ser utilizada no ensino, em sala de aula pelos professores, de modo a ter alguma uniformidade de nomes (e conceituações, análises, explicações?) dados a fatos e fenômenos linguísticos. Quando se cria esse tipo de nomenclatura, espera-se também uma uniformidade de conceituação, análise, explicação que se dá aos fatos e fenômenos, mas me parece que nem sempre isto é muito explicitamente cuidado.

Evidentemente uma proposta dessa natureza surge no contexto em que diferentes estudiosos, utilizando teorias e modelos analíticos diversos e muitos, vão teorizando e utilizando:

- a) termos diferentes para o mesmo fato;
- b) o mesmo termo para fatos diferentes ou para percepções e análises distintas com focos distintos do mesmo fato ou fenômeno;
- c) conceituações e termos diferentes para o mesmo fato ou fenômeno linguístico;
- d) termos que recobrem recortes diferentes de um mesmo fato ou fenômeno linguístico.

Isto cria uma variedade que leva as pessoas a pensarem que são fatos ou fenômenos distintos aquilo que, em essência, é o mesmo e as leva também, com frequência, a não se entenderem por supor que falam do mesmo quando falam de coisas completamente diferentes e vice-versa. Assim, quando um linguista/gramático utiliza o termo “discurso”, entende-se que ele esteja falando de quê? E quando usa termos como “anáfora associativa”, “operador discursivo”, “operador argumentativo”, “marcador conversacional”, “sintagma preposicionado”, “deslocamento”, “gramaticalização”, “sujeito” etc.? Quando se fala de classes de palavras, por exemplo, quantas elas são?

Se professores de diferentes regiões ou da mesma região ou cidade ou escola, gostam mais de uma teoria, análise, explicação de dado fato ou fenômeno linguístico que de outra, ou conhecem mais uma que a(s) outra(s) e por isso a elege como a que vão usar no trabalho em sala de aula com seus alunos, o que vai resultar? Numa diversidade e num pouco entendimento entre pessoas que nem sempre têm consciência da relativa validade de cada proposta teórica face a uma pretensa ou possível verdade no descrever e explicar o mundo (no

caso a língua). Como ficam os alunos nesse quadro? Ao mudar de professor, de escola, de região etc. vão ter que se ajustar a outra descrição e explicação da língua? E se formos pedir essas coisas em exames seletivos de vestibulares, concursos etc., como fica a construção de gabaritos e a aceitação ou não de dada resposta que pode ser perfeitamente válida, mas não é a que o corretor aceita? O que se vai colocar em livros didáticos, manuais e assemelhados, que se espera vender no país todo? Tudo isto cria muita ansiedade, e o homem tende a buscar na uniformidade uma possível calma para seu espírito (aliás, infelizmente, o homem faz isto também com relação a religiões; doutrinas políticas e sociais; costumes etc., gerando preconceitos, intolerância e até guerras); uma facilidade de conversa entre pessoas com entendimentos tão diversos dos fatos; uma possibilidade mais operacional na produção e comercialização de material a ser usado pelos professores.

A nomenclatura gramatical uniformizada (e também conceituações, análises, explicações?) certamente ajudará a atender necessidades como as sugeridas no final do parágrafo anterior, resolvendo vários problemas de “convivência” e de operacionalização das atividades de ensino e outras correlacionadas com elas. Estas as vantagens e justificativas para criar uma nomenclatura gramatical como a NGB estabelecida em 1959. Mas tal estabelecimento tem também algumas consequências negativas. Uma que considero bastante importante é o fato de as pessoas (professores e alunos e a sociedade em geral, quem não é gramático/linguista) acharem que tal nomenclatura é uma teoria (chegaria a ser isto?) e que é a única possibilidade de descrição e explicação do funcionamento da língua (a verdade absoluta). Isto elimina da sala de aula muito do espírito científico que, educacionalmente, considero importante na formação de alunos.

Creio que se pode produzir algo como uma nomenclatura gramatical uniformizada, acompanhada da busca de uma desejada uniformidade de conceitos, análises e explicações no estudo da língua, baseada naquilo que já é mais ou menos consensual na comunidade científica de estudiosos da língua e linguagem, porque isto ajuda em muitos momentos e atividades. Isto, no entanto, deve ser feito com alguns cuidados, sobretudo o de não retirar da sala de aula a possibilidade da discussão, da presença de alguma diversidade, de um espírito científico mais acurado.

Finalmente gostaria de repetir, como já disse em vários outros momentos e lugares, que, se nosso objetivo prioritário no ensino de língua

for desenvolver a competência comunicativa e não ensinar metalinguagem, parece que a nomenclatura gramatical perde muito de sua importância, uma vez que o foco estará em como os recursos da língua funcionam para significar em situações reais de interação comunicativa verbal e não em classificar esses recursos da língua. Parece que esta questão é fundamental e não pode ser esquecida quando discutimos se é necessário, pertinente, produtivo, lucrativo (em qualquer sentido) estabelecer uma nomenclatura gramatical uniforme para fins de ensino.